



Faça parte da LISTA DE TRANSMISSÃO e receba o boletim diariamente. Salve nosso contato (85 99162-2621) e envie um Oi com seu nome e cidade.

Mais notícias em: [www.sintsefceara.org.br](http://www.sintsefceara.org.br) | Para receber envie email: [imprensasintsef@gmail.com](mailto:imprensasintsef@gmail.com) | Ano VII - Nº 2541 25/01/2023

## DESMONTE DA FUNAI, GARIMPO ILEGAL, CONTAMINAÇÃO DOS RIOS E MORTE; VEJA O LEGADO DO DESGOVERNO BOLSONARO



A situação dramática dos yanomamis observada pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, em Roraima, não é algo novo. Segundo o indigenista na Fundação Nacional do Índio e filiado do Sintsef-CE, Gustavo Guerreiro, ela remonta ao processo de expansão agrícola e extrativista na Amazônia, especialmente a mineração ilegal do ouro, muito estimuladas no período da ditadura militar (1964-1985). Ele considera que esta “pressão territorial” da agricultura e da mineração, provocada por entes de governo, empresariais e, inclusive, organizações criminosas, seja o maior desafio a ser enfrentado pelo Governo Lula. (com informações de Portal Vermelho)

As fotos chocantes rodaram o mundo sem deixar nenhuma dúvida sobre as consequências da política do governo Jair Bolsonaro (PL) para os povos indígenas. Isso levou o governo federal (eleito em 2022), a na última sexta-feira, 20, decretar Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional para concentrar esforços de forma urgente no atendimento na Terra Indígena Yanomami, em Roraima. No local, a maior área indígena do país, onde vivem mais de 30 mil pessoas, o avanço do garimpo ilegal e o abandono do poder público nos últimos anos resultou na morte de centenas de

indígenas, incluindo uma grande quantidade de crianças.

O governo de Bolsonaro concretizou um amplo processo de desmonte dos serviços públicos, incluindo o abandono da região, que se tornou alvo fácil do garimpo ilegal. A política de destruição da Fundação Nacional do Índio (Funai) é um exemplo disso. Em junho de 2022, dossiê produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e pela Indigenistas Associados (INA), que reúne servidores da Funai, apontou que a Funai tem atualmente o menor número de servidores dos últimos 15 anos, com mais de 60% dos cargos vagos.

Conforme dossiê produzido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) e pela Indigenistas Associados (INA), que reúne servidores da Funai, o órgão tem hoje o menor número de servidores dos últimos 15 anos, com mais de 60% dos cargos vagos. Desde 2019, o orçamento caiu 40% e o governo já barrou dois pedidos de abertura de concurso e protelou outros dois, além de ocupar os principais cargos com militares: apenas duas das 39 coordenadorias regionais são chefiadas por servidores públicos, 19 por militares, três por policiais militares, duas por policiais federais e o restante por pessoas sem vínculo com a administração pública.

A retomada dos serviços públicos é o único caminho para que essa crise seja encerrada. Tanto por meio do combate ao garimpo ilegal quanto pela reconstrução das políticas de saúde e de garantia de alimentos, é por meio do fortalecimento dos serviços públicos, com aporte de recursos e contratação de pessoal, que a tragédia humanitária poderá ser enfrentada e a dignidade devolvida ao povo Yanomami.

Segundo Gustavo Guerreiro, as substituições de coordenadores estão ocorrendo, bem como os processos de demarcação, que estão sendo retomados. O Governo Lula já começou a mudar essa realidade.

*Matéria completa no site do Sintsef-CE*



Tel. Sintsef-CE:  
3255.7349



Para saber mais acesse  
as nossas mídias sociais!

Boletim editado pela Assessoria de Comunicação  
Coordenação: Afonso Barbosa e Lucy Mary Matos  
Jornalistas: Camila Garcia (3357 CE) e Letícia Alves

#DEFESADAVIDA #DEFESADOSERVIÇOPÚBLICO